

UM PROJETO OLIGÁRQUICO-LIBERAL DE UNIVERSIDADE (Notas para uma História da UFPE)



Gadiel Perruci

Professor do Depto. de História e do Curso
de Mestrado em Sociologia PIMES/UFPE

A história do discurso das elites regionais, especialmente a nordestina, ficaria incompleta se fossem anotados apenas os exemplos de exaltação regional que exprimiam quase que exclusivamente a atuação hegemônica da oligarquia rural.

De fato, pelo menos desde os finais do século XIX, se estruturava uma camada burguesa nas capitais das, então, Províncias do Norte, especialmente na cidade do Recife, que se firmava como metrópole nordestina, sede dos principais negócios regionais e representante, portanto, da atividade mercantil.¹

Acresce o fato de que, a partir de 1870, começa a instalação do parque usineiro que determina duas conseqüências importantes. De um lado, o aumento da atividade artesanal e industrial no Recife que, além de cidade comercial e administrativa vê agilizado um pequeno parque manufatureiro, têxtil e metalúrgico, este último em termos de pequenas e médias forjas e oficinas que asseguravam a manutenção e reposição de peças para as usinas. De outro lado, a modernização usineira provoca intenso êxodo rural em direção do Recife, tornando a estrutura social da cidade mais complexa do que antes.²

O capital açucareiro, assim, conduz, ao mesmo tempo, a desagregação de grande parte da antiga aristocracia do açúcar — os famosos barões do açúcar — e o surgimento de um incipiente, mas ativo, operariado urbano.³

Exceto os estudos jurídicos, instituídos em 1827, mais por necessidade de formar quadros para o nascente Estado nacional, o aparelho formador, em Pernambuco, se resumia aos Seminários, aos cursos secundários, de cunho essencialmente humanista, e algumas escolas de comércio, de artes e ofícios que preparavam o pequeno contingente necessário à manutenção da estrutura produtiva, de base predominantemente artesanal.⁴ Os “filhos de família”, isto é, membros da classe dominante, ou serviam à Igreja, ou se tornavam bacharéis, ou estudavam Medicina e Engenharia no sul do País e, muitas vezes, na Europa.

A maioria dos “técnicos-especializados” da época, na verdade, possuía apenas cursos médios ou eram inteiramente autodidatas. Dentro de uma estrutura produtiva frágil, assentada muito mais no meio rural açucareiro do que nas atividades industriais, os cursos superiores, de fato, não faziam grande falta. Os bacharéis ainda dominavam hegemonicamente como, de resto, ainda em todo o País.

E, contudo, as diferenciações já se faziam notar com bastante nitidez em termos da nuclearização da acumulação capitalista no Sul, operando-se, em consequência, uma divisão inter-regional do trabalho no Brasil. Enquanto que, a nível nacional, o setor industrial disputava a hegemonia do poder frente às tradicionais oligarquias, especialmente a cafeeira, no Nordeste, o surto usineiro, além de curto fôlego, continuará dominado economicamente pelo capital comercial, sediado no Recife, embora o poder seja exercido continuamente por representantes da oligarquia agrária.⁵

Dentro de tal contexto, os cursos superiores locais vão surgindo fragmentária e desarticuladamente, mais em função do crescimento físico e da polarização econômica exercida pela cidade do que mesmo por necessidades demandadas pela estrutura produtiva.

Assim, em 1895, surge a Escola de Engenharia; em 1902, Farmácia; em 1913, Odontologia; em 1920, Medicina; em 1920, Química; em 1932, Belas-Artes; em 1941, a Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE); em 1945, Ciências Econômicas.⁶ Todas essas iniciativas, além da dispersão e da fragmentação, foram resultado de iniciativas privadas (leigas ou religiosas) ou do Governo Estadual, enquanto os movimentos culturais mais importantes gravitavam, ainda, em torno da Faculdade de Direito e do Ginásio Pernambucano.

Com efeito, estas duas instituições de ensino eram as únicas que mantinham um quadro de professores concursados e permanentes, provindos, em geral, da elite intelectual regional. Além disso, elas possuíam um grande acervo documental e bibliográfico, além de equipamentos, no caso do Ginásio Pernambucano, que possibilitavam um treinamento além do razoável em algumas ciências, como a Biologia, a Física e a Química, acrescentando-se um cultivo, quase sempre fértil, da Matemática, da Língua Portuguesa, do Latim e da Filosofia. Assim, alguns professores se notabilizaram, também, por iniciativas de pesquisa básica.

O crescimento rápido do Recife, nos incios do século XX, provoca um surto de modernização da cidade que tem o seu primeiro esboço de reforma urbana, na década de 1910-1920, com a reconstrução do porto marítimo, obra iniciada em 1907 e somente terminada em 1924,⁷ e na qual se empregam cerca de três mil operários, numa época em que todas as indústrias de Pernambuco, reunidas, não ultrapassavam o número de vinte mil empregos.⁸ Reforma-se, também, o bairro do Recife, centro dos negócios regionais, bem como se inicia, sob a direção de Saturnino de Brito, em 1909, a implantação de planos de saneamento urbano, culminando com a criação, em 1918, da Repartição de Saneamento, ligada à então Diretoria de Indústria, Viação e Obras Públicas.⁹

A partir de novo surto modernizante, empreendido pelo Governo de Carlos de Lima, nos anos de 1930, o ensino secundário se expande, tanto no setor humanístico, com a fundação de inúmeros estabelecimentos confessionais, como no setor de "artes e ofícios" que representava o que, hoje, denominaríamos de "ensino profissionalizante", enquanto que, no ensino superior, se fortalecem as Faculdades de Medicina e de Engenharia.

Contudo, é a partir do "Estado Novo" e, em Pernambuco, com a interventoria de Agamenon Magalhães, que se inicia, verdadeiramente, a "modernização" da economia, o que nada mais representava do que o avanço das relações

de produção capitalistas, comandado pelo setor industrial, sediado no Sudeste, e com reflexos importantes nas regiões periféricas, como o Nordeste. ¹⁰

Em suma, a relativa modernização local não somente é comandada pela oligarquia regional como também tenta responder às suas próprias necessidades, dentro do novo "pacto" político e social, iniciado a partir de 1930. Num primeiro momento, a hegemonia é exercida pela indústria usineira, sob o Governo de Carlos de Lima; mais tarde, ela é retomada pela oligarquia sertaneja representada, inicialmente, por Agamenon Magalhães e continuada, depois de 1945, pelo antigo PSD, até pelo menos os finais da década de 1950 quando, então, o comando político estadual passa a ser exercido pelo usineiro Cid Sampaio, embora não mais como simples usineiro, porém, sim, como representante do setor modernizante do empresariado local.

Não é por acaso, portanto, que o aparelho formador tenha assumido dois níveis de importância fundamental até a década de 1960. No ensino secundário, multiplicam-se os cursos humanísticos, demandados pela classe média emergente e pela classe proprietária; fortalece-se a Escola Técnica Federal do Recife e se cria o Colégio Técnico Prof. Agamenon Magalhães, destinados ao atendimento do proletariado em geral. No ensino superior, assiste-se ao começo da hegemonia das Faculdades de Medicina e de Engenharia, que se tornavam os grandes centros de difusão do que se concebia, na época, como ciência e tecnologia, além, é claro, da permanência prestigiada da "cabeça pensante" da oligarquia, representada pela tradicional Faculdade de Direito do Recife.

E, contudo, até 1946, não tínhamos ainda Universidade em Pernambuco. Era preciso "reunir", "organizar", "modernizar", pois, o Recife, como centro intermediador entre o núcleo do Sudeste e a enorme periferia do Nordeste e Norte desenvolvia-se mais demograficamente, em termos relativos, do que o País como um todo, atraindo para as suas escolas superiores elementos de outros Estados, provenientes, em geral, da classe agrária, da burguesia urbana e de uma já visível e atuante classe média. ¹¹

A Universidade do Recife (UR) nasce, desta forma, de duas vertentes ideológicas e com elas conviverá até os dias atuais.

Em primeiro lugar, os principais centros de ensino superior já existiam, alguns até com uma certa tradição de qualidade como Direito, Engenharia e Medicina que formaram, conjuntamente, o tripé de sustentação da futura Universidade; as três Escolas (na verdade, as "Grandes Escolas" da época oligárquica) foram criadas e eram dominadas pelo que se poderia chamar de "projeto oligárquico" de ensino superior para acolher os melhores filhos das grandes famílias e de alguns elementos talentosos saídos da classe média emergente. ¹²

Assim, em termos gerais, a Faculdade de Direito formava advogados, dirigentes políticos regionais e intelectuais humanistas; Engenharia formava os técnicos-administradores, os responsáveis pela construção civil e pela "arrrumação física" da cidade, reservando-se aos médicos o papel dos verdadeiros cientistas da época, além da manutenção das grandes clínicas e da administração da saúde pública.

Não é por acaso, também, que "planejamento urbano" — embora a expressão não estivesse ainda em uso — fosse, na época, tarefa de engenheiros e mé-

dicos, dentro de uma cidade de alagados malarígenos que crescia através de aterros sucessivos dos mangues, com uma população vinda predominantemente do campo, em função da “desorganização agrária” provocada pelas usinas, principalmente. ¹³

Em segundo lugar, já pelo menos a partir da década de 1930, o discurso educacional modernizante, construído no Sudeste brasileiro, em grande parte, se fazia sentir no meio de intelectuais progressistas locais. A “redemocratização”, com a queda do Estado Novo, em 1945, propiciou uma conjuntura favorável à retomada da autonomia estadual e o ensino superior se redefine, a partir de então, em termos de mudança (dentro das raízes liberais do discurso modernizante) e de controle (dentro das raízes oligárquicas locais), formalizados em termos de uma centralização acadêmica e administrativa, reunindo as diversas escolas isoladas no que se denominou, pomposamente, de “Universidade do Recife”. ¹⁴

Entretanto, pode-se dizer que “mudança” e “controle” representam, tanto a nível nacional como a nível local, discursos que refletem as transformações operadas tanto na base material do País como na estrutura de classes — e nos compromissos possíveis entre elas — e que se resumem na expressão chave da época, ou seja, o “processo de desenvolvimento”. ¹⁵ Mais ainda, a criação das Universidades nos diversos Estados brasileiros parece representar o “espírito de conciliação e de concórdia” do País, saído de um período ditatorial em que se pretendeu fazer a transição de uma sociedade predominantemente agroexportadora para outra, predominantemente urbano-industrial. De certo modo, a classe dominante se recompõe internamente, em face do trauma do Estado Novo e da rota do nazi-fascismo, a nível mundial, redefinindo a forma populista de Estado, com o restabelecimento parcial das chamadas “liberdades democráticas”.

Assim, o “tempo de reunir” se inaugura dentro dos quadros de uma Universidade do Recife, em que “região”, “redemocratização” e “integração nacional” passam a compor o discurso universitário predominante.

Na verdade, apesar de abalada, em nenhum momento a oligarquia regional foi alijada do poder, em função mesmo da própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista nacional em que a região ainda era necessária e se colocava como produtora de valor, embora periférica, para a acumulação, já nuclearizada no Sudeste.

Entretanto, a partir de então, com o término da Segunda Guerra — marco significativo para uma reordenação do capitalismo, a nível mundial — e com o crescimento das atividades de exportação de produtos primários, continuado logo depois em função da Guerra da Coréia e, principalmente, com a redefinição interna do padrão da acumulação, visível a partir dos anos de 1950, o Nordeste e, em especial, as capitais dos seus Estados, assumem novo papel, dentro de um largo movimento de ampliação e de homogeneização das relações capitalistas de produção de que, mais tarde, a Sudene será, ao mesmo tempo, efeito e novo marco para a “modernização regional”. ¹⁶

Assim, reforçada ideologicamente a “questão regional”, surgida e materialmente construída a partir da segunda metade do século XIX, ¹⁷ estabelecida a “redemocratização” do País, condição necessária para a participação política da emergente classe média e que surge, no Nordeste, a partir da decadência da antiga “aristocracia do açúcar”, determinada pelo aparecimento das usinas, e do

crescimento das funções intermediadoras das capitais nordestinas, redefinido o padrão de acumulação da economia nacional, determinado pela hegemonia da fração industrial da classe dominante, concentrada particularmente no Sudeste, encontravam-se, enfim, reunidas as condições básicas para a criação das Universidades nos Estados da Federação, como a do Recife.

Com isso, as chances educacionais aumentam, atendendo a uma demanda reprimida, em face do crescimento econômico e da inserção no mercado de trabalho das camadas médias urbanas, embora o controle e, portanto, o poder, continuasse, como sempre, na mão das oligarquias.

A implantação da UR, assim, parece completar — ou resgatar, para usar um modismo semântico recente — o “projeto oligárquico” no campo educacional, ao mesmo tempo em que abre perspectivas de sua superação dentro do quadro do Estado populista e da ideologia desenvolvimentista. Ainda não se fala de classes sociais mas, sim, de população; ainda não se pensa em melhorias para a população mas, sim, para a região; apesar de continuarem as “queixas” e os “ressentimentos” regionais, o Nordeste e a UR pretendem se integrar num processo de “reconstrução nacional”, modernizando-se as “idéias”, o “pensamento”, a “educação” e a “economia”, porém, deixando-se de lado, quase intocada, a estrutura agrária, prevalecendo nas cidades o domínio do capital comercial e financeiro.

Desta forma, o “moderno” aparece e é cultuado, embora tutelado, limitado e dominado pela oligarquia regional, numa cidade sem uma sólida estrutura industrial e cuja população vive, em sua maioria, de “artes e ofícios” ou, simplesmente, de coletar alimentos no rio e nos seus imensos manguezais.¹⁸

Com a reunião das “escolas isoladas”, opera-se, também, na então UR, uma espécie de divisão do trabalho no ensino superior local, constituída por dois grupos principais: o primeiro deles — formado pelas Faculdades de Engenharia, de Medicina (esta, com escolas anexas de Farmácia e de Odontologia) e de Química — foi entregue aos engenheiros e aos médicos; o segundo — formado por Direito, Belas-Artes, Economia e Filosofia — foi reservado aos bacharéis e aos “humanistas”, inclusive eclesiásticos.

Com tal reordenação de forças, tudo mudou para, de fato, permanecer tal qual era ou havia sido. Centraliza-se para melhor controlar; federaliza-se para carrear verbas ao mesmo tempo em que a oligarquia local realiza o projeto de “integração nacional”, absorvendo elementos saídos da classe média e melhor aproveitando os seus próprios intelectuais orgânicos, saídos quase todos da antiga “aristocracia açucareira”, agora, em fase decadente.

Deste modo, o primeiro período da história da UFPE, que se estende de 1946 a 1959, é marcado, no reitorado do jurista Joaquim Amazonas, pela preocupação de centralizar, crescer e manter o Recife — e, por extensão, o Nordeste — sob os mesmos padrões de ensino superior de outrora.

E, contudo, como centro unificador e hegemônico do ensino superior, a Universidade teve que absorver e acompanhar a intensa ebulição intelectual que sempre marcou o Recife e que, por falta justamente de uma Universidade, se manifestava através dos jornais, com os seus suplementos literários, e de suas “rodas de intelectuais”, na verdade mais boêmios e poéticos do que produtivos, en-

quanto que, paralelamente, se desenvolvia um importante espaço de produção científica independente no então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Embora tão-somente dedicado à pesquisa em ciências sociais, o IJNPS aproveitava-se grandemente dos professores e pesquisadores da UR, ainda não inteiramente profissionalizados pelo “tempo integral” ou pela “dedicação exclusiva”, sem carregar o pesado ônus do ensino, isento, igualmente, dos entraves burocráticos do aparelho universitário. Difícil, portanto, se torna entender a história da UFPE, pelo menos na área das ciências sociais, esquecendo-se a “sombra” do laboratório, embora pequeno, na época, que se formava por influência e ação direta de Gilberto Freyre, o único intelectual importante do Recife que jamais pertenceu aos quadros universitários locais.

O poder na UR funcionava sem grandes problemas e, também, sem grandes acontecimentos. O centralismo oligárquico era exercido através de três instituições que funcionavam a níveis de base, de intermediação e de decisão final. Assim, o catedrático — com sua corte de assistentes fiéis e quase sempre por ele próprio indicados — funcionava magistralmente junto ao alunado sem a mínima possibilidade de contestação ou de contraditoriedade, quer pelos estudantes, quer pelos assistentes, quer pelos outros catedráticos. O monopólio do saber era quase impenetrável e as cátedras representavam pequenos feudos impermeáveis a quaisquer influências, salvo as próprias iniciativas do “grande mestre”, quando este era verdadeiramente um cientista e pesquisador, fato nem sempre freqüente, fazendo com que, a nível de transmissão do conhecimento, o poder do catedrático lhe emprestasse o papel do verdadeiro “oligarca acadêmico”.

No entanto, em certas áreas, apareciam algumas brechas no monolitismo da cátedra com a criação de alguns importantes Institutos de pesquisa, como o de Antibióticos, por exemplo,¹⁹ que, apesar de não fugirem de todo a uma estrutura vertical de poder, permitiam a criação do espírito e da prática da pesquisa e o aprendizado de novos pesquisadores, fato que, somente na década de 1970, com a criação da pós-graduação, será estendido a quase todas as áreas do conhecimento.

Aliás, mesmo dentro das cátedras, embora sem nenhuma sistematicidade ou organicidade, como ocorria nos Institutos, algumas equipes se formaram, mantendo-se em torno do professor-catedrático, ora realizando pesquisas individuais, ora se reunindo em freqüentes seminários de pesquisa e de atualização, tais como algumas iniciativas ocorridas no âmbito da Medicina, a exemplo das cátedras e dos ambulatórios, como os de Psiquiatria, de Neurologia, de Cirurgia, de Bioquímica, de Anatomia, etc.

No âmbito das ciências básicas, tanto das chamadas “exatas” como das “humanas”, todas agrupadas na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Pernambuco (FAFIRE), o ensino se preocupava, quase apenas, com a formação de professores para o secundário, inexistindo qualquer tipo de pesquisa institucional, aparecendo tão-somente iniciativas isoladas, em geral livrescas ou bacharelescas, produto evidente da concentração dos equipamentos na Escola de Engenharia e na Faculdade de Medicina, bem como da própria filosofia que presidiu o recrutamento do corpo docente, oriundo quase todo ele dos grupos de “intelectuais humanistas”, numerosos, aliás, numa cidade de frágil estrutura produtiva como o Recife dos anos de 1940-1950.

Por outro lado, a Congregação das Faculdades, reunião dos Catedráticos, representava uma espécie de “Conselho dos Notáveis”, de cujas decisões raramente se poderia recorrer. Deve-se notar, contudo, pelo menos nas faculdades mais “jovens” — as de cunho humanístico, em geral — que, justamente, por estarem ainda em fase de organização, a influência e a participação dos assistentes, e do alunado se faziam, ou se poderiam fazer, mais atuantes desde que os catedráticos, todos não-concurados e apenas “interinos”, precisavam se “legitimar”, enquanto docentes. Nada mais inteligível, portanto, que a parcela de influência dos catedráticos das escolas mais recentes fosse mais fraca e secundária junto à Reitoria, órgão máximo e irrecorrível do poder oligárquico acadêmico.

No entanto, apesar disso, é a chamada “cultura humanística” que, pouco a pouco, se infiltrará no sistema de poder universitário e, mais tarde, conseguirá impor linhas mais modernas de ação das instâncias decisórias, legitimando o conjunto universitário enquanto tal. Por enquanto, parece, aos humanistas, ficavam reservadas apenas as vênias proporcionadas a todos os bons oradores, escribas e eruditos de Província; oradores e escritores de “palavra fácil”, assim, encontravam os seus lugares na UR e se contentavam com isso. Faltavam, é claro, ainda, as condições objetivas para uma “equalização das competências”, fato que se prefigurarà no período seguinte da história da UFPE.

Na realidade, não se pode dizer, a rigor, que as “Grandes Escolas” — Direito, Engenharia e Medicina — formassem, sempre, profissionais altamente qualificados. Com a provável exceção de Medicina, com boa tradição de intercâmbio com outras instituições e formando, com a Bahia e o Rio de Janeiro, um grupo de tradicionais “escolas médicas”, dizia-se, na época, especialmente no meio estudantil, que “Direito formava bons professores de Português e de Latim, enquanto que Engenharia, bons professores de Matemática . . . para o ensino secundário!”

Tal percepção, no entanto, precisa ser não apenas entendida dentro do contexto das lutas estudantis por melhores condições de ensino e de opções mais imediatas de entrada no mercado de trabalho, além do clima intenso dos debates políticos em que vivia o Brasil dos anos de 1950-1960, bem como retificada em função do que se propunham as “Grandes Escolas”, especialmente a de Engenharia.

Com efeito, parecem ter predominado entre as lideranças docentes de Direito e de Engenharia duas preocupações básicas e que, apesar de não integradas em nenhuma filosofia de ensino, significavam, para a década de 1940-1950, um sintomático avanço em termos de percepção da realidade social, pensada e vivida, se não no Nordeste, pelo menos na cidade do Recife.

Por um lado, a Faculdade de Direito, além de tentar preservar a tradição literário-humanista das elites locais, buscava, sem dúvida — e, muitas vezes, conseguia — ser a “caixa de ressonância” dos movimentos políticos locais, verdadeiro fórum de debates intelectuais e políticos na construção de uma ordem jurídica menos instável e, em alguns momentos, como nos finais do Estado Novo, no combate ao arbítrio e na defesa de ideais democrático-liberais para a sociedade brasileira.

O ensino de Direito, desta forma, não poderia ser rotulado apenas de “retórico”, “formalista” ou “dogmático” desde que, apesar da existência real

de tal caráter, aquela Faculdade funcionava, também, como uma verdadeira escola prática de políticos e de administradores, quando não criadora, inclusive, de movimentos culturais significativos, especialmente na arte literária. Tanto é assim que dela saíram, ou lá permaneceram como professores, juristas, políticos e escritores de renome nacional e, muitas vezes, internacional. Talvez tenha sido, justamente, na “Casa de Tobias” — ainda, hoje, assim chamada, ora com carinho, ora com malícia por muitos dos que por lá passaram — que a luta entre o “tradicional” e o “moderno” mais se tivesse clarificado nas duas primeiras décadas de existência da UR.

De outro lado, a “Escola de Engenharia”, antes mesmo de sua incorporação à UR, já se preocupava com a formação “dos responsáveis pela construção da infra-estrutura do desenvolvimento”, como afirma um dos seus principais líderes intelectuais, ainda, hoje, atuante no cenário político local ²⁰. De fato, bastaria mencionar a atuação da Escola e dos seus egressos nas grandes obras de urbanização e de saneamento nas três primeiras décadas deste século para se comprovar a justeza daquela afirmação. ²¹

É bem verdade que, na “Velha Escola”, isto é, antes da criação da UR, o ensino de Engenharia se caracterizava por um tripé filosófico que, aparentemente, se chocava com a realidade vivida ou com as aspirações do seu corpo discente. Assim, dentro já de uma “ideologia do avanço e do atraso”, o Nordeste sendo considerado como “atrasado”, a Escola de Engenharia acentuava a “importância conceitual das disciplinas básicas”, como Matemática, Física, Química, Mecânica, etc., procurava uma “precisão de linguagem, inspirada na lógica formal” e, finalmente, pretendia inculcar no alunado os “fundamentos científicos da Tecnologia e a superação da rotina provinciana” ²², à espera, certamente, de um rápido crescimento econômico que tardava ou, ainda, não era compreendido dentro da globalidade do desenvolvimento capitalista nacional.

Talvez não seja exagerado dizer, pois, que Direito e Engenharia formavam a vanguarda da UR, pelo menos nos primeiros anos de sua criação, na luta pelos ideais de ordenamento democrático-liberal e do desenvolvimento econômico local. É evidente, também, que os limites de tais filosofias de ensino pareciam transparentes demais, especialmente quando se tem em mente que, ambas, cultuavam muito mais, no dizer de um dos seus antigos professores, “a beleza do raciocínio dedutivo” ²³ e estavam os seus docentes — como a evidência empírica demonstra — quase todos ligados ao setor público da administração local, do que mesmo conscientes do que se passava, em termos de mudanças e de redefinições, no processo histórico do capitalismo no Brasil e do papel que o Nordeste representou no passado e começava a desempenhar, a partir da década de 1950, para o País como um todo.

A década de 1950-1960 é marcada no Brasil e no Nordeste, em particular, por uma intensa mobilização política provocada pelas transformações materiais em direção de um capitalismo mais avançado, bem como e, conseqüentemente, pela mobilização organizada dos trabalhadores do campo e pela maior reivindicação participativa do proletariado urbano, além do vertiginoso crescimento dos segmentos médios da população que aspiravam, mais do que os outros, ao acesso ao ensino superior ²⁴

A partir de 1959, com a morte do Reitor quase perpétuo, Joaquim Amazonas, e no bojo da crise do Estado populista, inicia-se, com a gestão do médico João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, vice-reitor em exercício e, posteriormente, Reitor da UR, um novo período que poderíamos denominar de "Interregno Populista". em face do esforço daquela administração em adaptar a Universidade às novas realidades sociais e políticas vividas pelo País e pela região.

É verdade, também, que o período João Alfredo foi responsável por inúmeros mitos em torno da negação, ou pretensa superação, do passado oligárquico da Universidade, assumindo o discurso da "modernidade" como forma de ruptura com aquele passado. Tais mitos serão construídos, ou cultivados, de fato, não tanto pela ação concreta da Reitoria, porém, muito mais em função do debate político no Recife, internalizados ou incorporados pela UR, que, em muitos aspectos, estavam evadidos de equívocos, de impasses e de voluntarismo, características, aliás, de toda uma "geração de intelectuais" que, ainda jovem e mal equipada cientificamente, surgia nos anos de 1960 25.

Qualquer que seja, no entanto, a visão que se tenha do período, parece inegável que a UR tentou internalizar a ideologia da "modernização", vivida pelo País e expressa no discurso acadêmico, tendo como fundamento e preocupação principal o que se convencionou chamar de "reforma universitária", certamente como segmento, ou consequência, do grande debate nacional sobre as chamadas "reformas de base" 26.

Por outro lado, o poder oligárquico, já abalado pela mudança de padrão da acumulação dos anos de 1950, então determinado pelo setor industrial, via-se, também, a nível local, confrontado pelos movimentos camponeses, operários e da classe média que desaguarão na famosa "Frente do Recife". A UR, pacificamente comandada pelos tradicionais juristas, médicos e engenheiros, é, por assim dizer, "contaminada" pelo vírus das ciências sociais que ataca, no primeiro momento, do exterior do aparelho formador.

Com efeito, para além da sinceridade e do espírito reformador do Reitor João Alfredo, a UR não teria outro caminho, em face das condições objetivas criadas, senão o de iniciar um amplo programa de reforma e de adaptação aos novos tempos, inclusive por efeito da LDB, de 1961. O "desenvolvimentismo", como ideologia penetra, deste modo, na UR, ora por iniciativas endógenas, como a criação do Instituto de Ciências do Homem, em 1963, ora por indução exógena.

Um dos exemplos mais marcantes dessa época foi, sem dúvida, a concorrência da SUDENE com os seus célebres "Cursos de Desenvolvimento Econômico", que começaram a desafiar e a competir com o que se ensinava e se produzia na Universidade. De fato, praticamente, todos ou quase todos os professores de Ciências Sociais e Econômicas da UR não passavam de egressos da Faculdade de Direito que, em termos de Sociologia e Economia, se aproveitaram de poucas disciplinas um tanto quanto desprestigiadas em Direito e de um certo autodidatismo quase que inteiramente conduzido pelas suas nomeações como catedráticos interinos, quando da incorporação daquelas especialidades à UR.

Por outro lado, a recuperação da "questão regional nordestina", como

“questão nacional” pela classe dominante a nível nacional, exigiu, como a criação da SUDENE, uma modernização quase que radical no ensino das ciências sociais, escapando de tal contexto quase que exclusivamente a História e a Filosofia que permanecem, em grande parte, sob um ensino tradicional até os dias de hoje.

Mas não somente de ciências sociais viveu a “reforma”. A UR começa a se mudar para o *campus* de Engenho do Meio, onde, hoje, finalmente, está instalada, à exceção da Faculdade de Direito, que preferiu permanecer na aprazível Praça Adolfo Cirne, abrigada por belíssimo prédio, construído ao gosto europeu dos inícios deste século, em 1912, no centro da cidade.

Além disso, e talvez o aspecto mais destacado do período, a UR começa a se abrir para fora de suas muralhas tradicionais. De fato, acompanhando a efervescência política e cultural do Recife dos finais dos anos de 1950, a UR começa a ser propagandeada, também, como a “Universidade para o povo”. Cria-se o Serviço de Extensão Cultural (SEC), sob a direção do educador Paulo Freire, um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular (MCP) e com ligações diretas com a política popular e participativa do então Prefeito do Recife e, posteriormente, Governador do Estado, Miguel Arraes de Alencar ²⁷.

Paulo Freire reúne uma equipe polivalente e heterogênea, a maioria composta de jovens intelectuais e estudantes, muitos dentre os primeiros ainda então não incorporados à UR como docentes, e a “Universidade para o povo” cria a revista “Estudos Universitários” e a “Rádio Universitária” meios de intermediação entre a produção cultural científica e a política comunitária, então prevalente no período. O espaço universitário, além da vaga idéia e dos tímidos passos reformistas, transforma-se numa imensa tribuna da “modernidade” e, por consequência, numa instável encruzilhada das mais diversas correntes do pensamento e da ação política. Aparentemente, os redutos ideológicos da oligarquia estavam sendo enfrentados com uma certa eficácia por dentro mesmo do aparelho formador ²⁸.

Entretanto, na Universidade, mesmo com a colaboração e adesão de significativos representantes da oligarquia acadêmica, como o próprio Reitor, a ação política de cunho populista, contraditória em si mesma, ainda sem o respaldo da competência científica e, além disso, dentro de um contexto de acirrada luta de classes a nível local e nacional, transforma-se, no mínimo, em apenas “um começo de conversa”, uma preparação do salto que, infelizmente, não ocorreu. A grande ilusão do “reformismo populista” da UR residia justamente na pretensão de que a Universidade, além de “pensadora” da mudança, ela própria poderia comandar tal mudança quando, de fato, nem sequer a própria comunidade progressista local — e não apenas a acadêmica — mal percebia, a nível global, o que se passava na sociedade brasileira.

Um fato marcante, no entanto, deve ser creditado à oligarquia dirigente: a classe média é totalmente assimilada no e pelo aparelho universitário o que, de certa forma, contribuiu, em termos contraditórios, para duas coisas, ou seja, aproximar um pouco mais a UR da realidade social circundante e reforçar o poder oligárquico interno, agora metamorfoseado num aparelho tecno-burocrático mais rígido, embora que, para tal, houvesse que se esperar a ocorrência da reforma tardia e conservadora de 1968.

Interna ou subjetivamente, no entanto, a UR se preparara com inegável competência para o que viria mais tarde, ao criar as expectativas e alguns mecanismos modernizadores.

O fio conservador e oligárquico, de fato, não se quebrara; apenas se interrompera, ou se escondera, num curto interregno, para reaparecer mais tarde e, talvez, mais fortalecido com a reprodução, inclusive com a participação da nova geração de professores, dos mesmos mecanismos autoritários e provincianos, agora, respaldados por um clima e por uma legislação centralizadora e autoritária, montada a partir do Golpe Militar de 1964.

O ano de 1964, aliás, começa com o mesmo clima de trabalho e de euforia que marca a crise do “populismo”, em geral, e da reorganização da UR em termos de seus “novos objetivos” de ensino, pesquisa e, principalmente, extensão.

O Golpe Militar, na verdade, surpreende a quase todos e a UR não se constitui em nenhuma exceção. Os tímidos protestos são logo abafados e o expurgo de docentes e, mais tarde, de alunos e funcionários se dará sem grandes comoções, exceto da parte dos estudantes e de algumas resistências por parte do novo Reitor, jurista Murilo Guimarães, e do Prof. Everardo Luna, Catedrático de Direito Penal. Este último, indicado para presidir a primeira Comissão de Inquérito, instaurada pelo regime militar, utilizando-se de um rigor formal exemplar, isentou praticamente todos os acusados do que os “revolucionários” da época chamavam de “crimes de subversão”. Certamente, aqueles dois eminentes juristas ainda precisarão ser lembrados e homenageados pela isenção e coragem como se comportaram frente à paranóia gerada, dentro e fora da UR, pelo Golpe Militar; talvez, tenham escrito, juntamente com lances isolados de resistência do reitorado seguinte, do médico Marcionilo de Barros Lins, as poucas páginas brancas do *Livro Negro da UFPE*, ainda por se fazer.

Dessa forma, inicia-se um terceiro período na história da UR que passará, até os dias atuais, a se chamar de Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O Movimento Militar de 1964 tem sido interpretado de diversas maneiras, tanto do ponto-de-vista econômico, como político, mas o que nos interessa, aqui, é fixar as especificidades — se porventura existirem — no âmbito da UFPE.

Aparentemente, tal Movimento não teria passado da ascensão de uma gerência autoritária — e, em alguns períodos, ditatorial — do modelo econômico e social implantado na década de 1950, face às contradições e tensões sociais geradas no período populista. Seja qual for, no entanto, a interpretação que se empreste ao fato, não se pode negar que a ruptura com o passado não foi completa nem muito menos desejada. Ao contrário, o processo de modernização iniciado será acelerado, embora em novos moldes, e a oligarquia, mesmo enfraquecida pelo avanço do capitalismo moderno, retomará em suas mãos e de uma maneira quase absoluta, os mecanismos decisórios dentro da UFPE.

Entretanto, os tempos são outros e, portanto, a reordenação conservadora não repetirá — ou não poderá repetir — os mesmos “mecanismos” paternalistas de outrora.

Entramos, a partir de 1964, na UFPE, no período da “modernização au-

toritária”, regida por “déspotas esclarecidos” que, bem ou mal, conservaram diversos aspectos do período precedente.

Na verdade, de 1964 a 1974, a UFPE internaliza a ideologia ufanista do rápido desenvolvimento capitalista, de cunho eminentemente concentrador, ao mesmo tempo em que recupera antigas reivindicações progressistas, como o maior número de vagas, maior eficiência e organização do ensino, maior autonomia para expansão do corpo docente, melhor remuneração para a pesquisa, etc. Num primeiro momento, no reitorado do jurista Murilo Guimarães, o terreno é, por assim dizer, preparado, para a “modernização”, requerida pela inserção do Nordeste no contexto do capitalismo monopolista de Estado.

Em resumo, e como fatos gerais a todo o sistema de ensino superior brasileiro, temos a Reforma de 1968 que massifica o ensino, centraliza os vestibulares, nivelando o grau de admissão por baixo e com auxílio computadorizado, elimina-se a Cátedra, criam-se os Departamentos, surgem as condições básicas para o pós-graduação com o tempo integral, modernizam-se os equipamentos e se inicia uma intensa e intensiva preparação no exterior de docentes em nível de Mestrado e Doutorado. Alguns institutos são criados, enquanto outros preexistentes transformam-se em programas de pós-graduação, responsáveis, na verdade, pela sustentação da atividade de pesquisa na UFPE.

No entanto, as mudanças ocorridas entre 1964 e 1974, especialmente no subperíodo entre 1970 e 1974, redefiniram a Universidade de “cima para baixo”, isto é, incorporaram um modelo universitário que nem sequer seria adequado para o Sudeste do País, onde o capitalismo já apresentava formas maduras de atuar. A mistura local de poder oligárquico e modernização do aparelho formador ignorou, de fato, as condições econômicas e sociais da região e, especificamente, do Recife, cidade eminente e tradicionalmente não produtiva e tão-somente intermediadora tanto entre o Sul e o Norte do País, como entre a produção agrícola e o consumo urbano.

Contudo, na época de milagres, em que tudo era “possível”, há que pelo menos impor uma racionalidade no ensino superior. De certa forma, a eliminação da cátedra — grande reivindicação do período populista — não destrói, como se pensava, o mandarinato nem o poder oligárquico. A ilusão de tal perspectiva residiria justamente de se pensar a Universidade como um universo estanque e não refletor, embora com relativa autonomia, do universo maior das relações sociais vigentes. À ditadura da cátedra, sucede a ditadura departamental, das Comissões Diretoras, do Conselho Interdepartamental, que, num processo de afunilamento, termina na ditadura do Reitorado.

Mas a nova “razão universitária” também é redefinida, agora, aparecendo sob o binômio “racionalidade-competência”, tendo como modelo a “autocrítica especular” da Universidade confrontada com a empresa capitalista privada. Favorecem tal redefinição a cornucópia do “milagre brasileiro” dos inícios dos anos de 1970, cujo fardo, hoje, carregamos sob a forma das dívidas externa e interna, bem como a preparação e incorporação, em caráter definitivo, de inúmeros pesquisadores jovens que, se não fora o processo de modernização desencadeado, estariam seguramente alimentando o já enorme mercado de intelectuais brasileiros desempregados ou semi-empregados.

Igualmente, como em toda a parte, aliás, o período assinalado marca a ascensão do “economista”, do “físico” e do “planejador educacional”, enquanto que os cursos tradicionais como Direito, Medicina e Engenharia entram em franca decadência, fragmentados em diversos cursos e Departamentos. Na verdade,

nada há a estranhar no fato se articularmos o processo educacional ao processo mais amplo do modelo de desenvolvimento econômico imposto ao País, em que se verifica, de um lado, uma economia altamente concentradora de tecnologia importada e de capital e, de outro lado, um crescimento rápido da população que se concentra nas cidades, formando um desproporcional exército de reserva, fazendo com que o Estado se desengaje cada vez mais dos problemas de educação e saúde.

A especificidade do Nordeste, dentro de tal processo, está justamente em que a urbanização precede a industrialização e a cidade do Recife continua cativa e capturada pela oligarquia rural²⁹. A UFPE, no caso específico, apenas reproduz, embora de uma forma complexa e relativamente autônoma, o papel a ser representado pelo Nordeste, como um todo. É justamente, neste aspecto, que a UFPE se apresenta como um caso limite da reforma universitária aplicada ao Nordeste; por isso mesmo, pela importância e dimensão de Pernambuco e da cidade do Recife, é que a UFPE, talvez, seja a Universidade brasileira mais resistente à necessidade de democratização das instâncias decisórias e se torne o *campus* mais fértil para reunir, em termos relativos, uma grande "massa crítica" competente, porém inócua e quase improdutiva.

Entretanto, além do economista, do físico e do planejador educacional, o período analisado assistiu à emergência de duas categorias de profissionais, a saber, o tecnoburocrata e o pesquisador conveniado. Na verdade, enquanto se integravam, os dois tipos de atuação universitária também se contradiziam. Durante o "milagre brasileiro", a integração era quase completa e os tecnoburocratas se apoderaram dos mecanismos do poder e, até hoje, passados mais de 15 anos de atuação, se revezam na administração central, enquanto se vivia um clima intenso de pesquisa e do ensino pós-graduado. Na prática, dificilmente se poderia distinguir quem realmente detinha o poder, se os tecnoburocratas, herdeiros da oligarquia ou reprodutores dela, se os pesquisadores conveniados, tal a identificação entre os cursos de pós-graduação melhor aquinhoados e os detentores de cargos na Reitoria, tendo havido, pelos menos no início, uma aliança harmoniosa na partilha do poder entre a nova oligarquia e os "*nouveaux-riches*" dos convênios.

Tal aliança, entretanto, se rompe a partir de 1974, quando as verbas começam a escassear como consequência do esgotamento do "milagre". A velha oligarquia, bacharelesca e pseudo-humanista, retoma a hegemonia do poder a pretexto de redefinir a UFPE em termos de uma volta aos valores "humanistas" e "universalistas" do passado. Precocemente, ao que parece, a UFPE, renunciando a atual lição do que está se denominando de "Nova República", volta a ser "política"; a fazer "política", e a ser dominada por "políticos". Diminui-se o poder tecnoburocrático modernizante, eliminam-se os estímulos à pesquisa e à pós-graduação, e alguns dos "*nouveaux-riches*" do período anterior começam a passar fome.

A oligarquia é a mesma, mas, entre 1974 e 1982, ela se apresenta de uma forma, por assim dizer, enlouquecida. A sua eficácia anterior desaparece porque estão extintos os fundamentos sob os quais, anteriormente, ela se assentava como, sobretudo, a cátedra, o clientelismo e as verbas. Principalmente, e para o seu desespero, o Brasil não é o mesmo; não há mais dinheiro nem mais prestígio social em ser docente universitário.

Os reitorados oligárquicos, entre 1974 e 1982, estabelecem, na prática, a paranóia como método de administrar tendo, como consequência, o parcial desmantelamento da modernização empreendida anteriormente, bem como o

acirramento do autoritarismo na administração central. O pacto entre a oligarquia e a modernização se rompe e, com tal rompimento, o liberalismo modernizante se esconde por detrás do biombo departamental e de alguns programas de pesquisa e pós-graduação. Enfim, a "competência" se curva à demagogia e os oradores de "palavra fácil" ressurgem na UFPE, como num passe de mágica.

O caos intelectual e administrativo vivido pela UFPE, durante os oito anos de reitorados plenamente oligárquicos, somente vem a conhecer um foco de resistência, com a criação da Associação dos Docentes da UFPE (ADUFEPE), em 1979, concomitantemente ao movimento de articulação da sociedade civil, em face da crise do regime militar no País.

Com a ADUFEPE e, posteriormente, com a reorganização do movimento estudantil e, recentemente, com a tomada de consciência política do funcionalismo, a UFPE, apesar do caos, tornou-se realmente uma Universidade política, agora sem aspas desmerecedoras.

Entretanto, os novos tempos indicam uma integração maior entre o local e o nacional, o que parece prenunciar que a luta contra a permanência oligárquica e provinciana na UFPE terá que, necessariamente, passar pela real democratização da sociedade brasileira como um todo.

Aliás, fato comprovador de que tal estratégia parece se constituir na mais adequada são as características do novo período da história da UFPE, iniciado em 1983, quando parece se verificar novo pacto entre a tecnoburocracia, instalada a partir da Reforma de 1968, com alguns segmentos conservadores, ainda detentores do "poder convencional". Prometendo salvar a UFPE do caos, a que fora submetida pela "oligarquia enlouquecida", esboça-se a construção do que poderíamos chamar de uma "meritocracia", aparentemente messiânica, que, no entanto, do ponto-de-vista do conjunto dos quarenta anos de história da UFPE, ainda não pode ser avaliada com justeza.

O presente ensaio pretendeu, desde o início, apenas traçar alguns balizamentos gerais para uma possível história da UFPE, sem analisar com profundidade alguns aspectos importantes de sua atuação, especialmente no que diz respeito ao detalhamento de sua produção, significativa em muitos aspectos, no ensino, na pesquisa e na extensão.

Além disso, escaparam ao escopo deste trabalho as lutas estudantis, extremamente importantes para a vida da comunidade universitária, como as travadas, por exemplo, entre 1968 e 1972, bem como a atuação de influentes docentes em diversas áreas do conhecimento — alguns deles cassados ou amordaçados pelo regime militar — e, finalmente, a mudança do perfil acadêmico com a criação dos cursos de pós-graduação, hoje, concentradores de quase toda a atividade de pesquisa e responsáveis, seguramente, pela melhoria técnica do ensino na graduação.

Importante, também, seria um estudo aprofundado dos mecanismos de poder, na UFPE, bem como e, principalmente, a manutenção e reprodução de uma prática acadêmica e administrativa autoritária que, nos últimos anos, embora encontrando resistências dos corpos docente, discente e administrativo, tem contribuído, em termos gerais, para um certo desânimo, um sentimento de impotência e uma prática absenteísta por parte da comunidade universitária, como um todo.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 Cf. PERRUCCI, Gadiel – “A Cidade do Recife do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria”, in *A Cidade e a História*, vol. I. São Paulo, Revista de História, 1974.
- 2 PERRUCCI, Gadiel – *A República das Usinas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 – pp. 117-136.
- 3 PERRUCCI, Gadiel – “O Canto do Cisne dos Barões do Açúcar (Um congresso de classe)”. Introdução crítica à reedição facsimilar dos *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife de 1878*. Recife, CEPA-PE/SUPLAN/MA, 1978.
- 4 Cf. *O Estado de Pernambuco (Obra de Propaganda Geral)*. Rio de Janeiro, Pimenta de Melo e Cia., 1922 – pp. 28 e ss.
- 5 Cf. PERRUCCI, Gadiel e BERNARDES, Denis – *O Caranguejo e o Viaduto (Notas preliminares para uma História Social do Recife)*. São Paulo, CEDEC, 1981 (Mimeog.)
- 6 Cf. PALHARES MOREIRA REIS – *A Universidade do Recife*. Recife, Imprensa Universitária, 1959.
- 7 Cf. MARQUES, Sônia – *Maestro sem Orquestra (Um estudo de Ideologia do Arquiteto no Brasil – 1820/1950)*. Recife, PIMES/CMS, 1983. Dissertação de Mestrado, Texto mimeog.
- 8 PERRUCCI, Gadiel – *A República das Usinas* – p. 133.
- 9 *O Estado de Pernambuco (Obra de Propaganda Geral)* – p. 47
- 10 Cf. PERRUCCI, Gadiel – “A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional”, in MARANHÃO, Sílvio (org.) – *A Questão Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- 11 PERRUCCI, Gadiel – *A República das Usinas* – pp. 129-136
- 12 MARQUES, Sônia – op. cit., pp. 154 e ss.
- 13 PERRUCCI, Gadiel e BERNARDES, Denis – op. cit., pp. 30 e ss.
- 14 Cf. CANUTO, Vera Regina – *Organização do Ensino Superior. Condições Sociais e Políticos (1930-1970)*. Recife, CMS-PIMES-UFPE, 1984. Dissertação de Mestrado, Texto Mimeog.
- 15 Cf. LIMOEIRO, Miriam Cardoso – *Ideologia do Desenvolvimento-Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 - passim
- 16 Cf. OLIVEIRA, Francisco – *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 17 PERRUCCI, Gadiel – “A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional” – pp. 26-27.
- 18 CASTRO, Josué de – “O ciclo do caranguejo”, in *Documentário do Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1968 – p. 25.
- 19 PALHARES MOREIRA REIS – op. cit., p. 31
- 20 BALTAR, Antônio – *A Faculdade de Engenharia*. Conferência comemorativa dos 90 anos da “Escola de Engenharia”, proferida no auditório do Centro de Tecnologia da UFPE. Recife, em 22.08.85. Mimeog.
- 21 *O Estado de Pernambuco (Obra de Propaganda Geral)* – pp. 46 e 47.

- 22 BALTAR, Antônio — op. cit.
- 23 Idem, idem.
- 24 Sobre o assunto, V.:
CANUTO, Vera Regina — op. cit. passim
PERRUCCI, Gadiel e COSTA, Lia Parente (orgs.) — *Forças Populares e Conservadorismo no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (no prelo).
SOARES, José Arlindo — *A Frente do Recife e o Governo do Arraes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
AZEVEDO, Fernando — *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- 25 Cf. WEBER, Silke — “Política e Educação: Movimento de Cultura Popular no Recife”, in *DADOS*. Revista de Ciências Sociais, vol. 27, nº 2. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1984.
- 26 Cf. COSTA LIMA, João Alfredo — *Universidade do Recife: Missão Cumprida*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965. Este livro, retoricamente construído, além da descrição do clima intelectual reinante no Recife e na UR, entre 1960 e 1964, caracteriza-se mais como uma defesa da “filosofia administrativa” do Reitor João Alfredo, atacado e vilipendiado, imediatamente após o Golpe Militar de 1964, quando ainda no exercício do Reitorado, por importantes intelectuais recifenses, através de artigos publicados na imprensa local.
- 27 Cf. WEBER, Silke — op. cit. passim
- 28 Cf. o Manifesto de lançamento da revista *Estudos Universitários*, ano I, vol. 1. Recife, Imprensa Universitária, 1962.
- 29 SINGER, Paul — *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977 — p. 307.